

A (IN)SOCIABILIDADE URBANA: DA CIDADE COMO LUGAR AOS LUGARES NA CIDADE

THE URBAN (UN)SOCIABILITY: FROM THE CITY AS A PLACE FOR PLACES IN THE CITY

**Cláudio Smalley Soares Pereira¹
João César Abreu de Oliveira²**

Resumo: O presente artigo objetiva discutir a temática do espaço urbano referente ao contexto das relações sociais estabelecidas na urbe, enfocando a temática da sociabilidade no que tange ao aspecto da atualidade e levando em consideração o processo de globalização, modernização e crescimento das cidades como um fato e condição para a materialização das formas e processos de socialização. Analisar-se-á como o processo de urbanização acelerado interfere e influencia no modo de vida, nas formas de relacionamento entre os cidadãos e na produção e organização do espaço urbano.

Palavras-chave: Sociabilidade; Espaço Urbano, Modo de Vida Urbano.

Abstract: The current essay discusses the thematic urban space which if it refers to the context of the social relations have established in urbe, it's focusing the thematic of the sociability which it refers to the aspect of the present time and taking in consideration the process of globalization, modernization and growth of the cities as a fact and condition for the materialization of the forms and processes of socialization. It will be analyzed as the quick urbanization process interferes and influences in the life way, the forms of relationship between the inhabitants and in the production and organization of the urban space.

Key-words: Sociability; Urban space, Urban Life Way.

Introdução

No mundo atual, as ciências, sobretudo as de cunho social, estão sendo cada vez mais exigidas no que diz respeito às suas teorizações e definições a respeito da sociedade e dos processos pertinentes a ela, principalmente, por causa das transformações que, hoje, chegam a ocorrer em uma velocidade jamais vista na história dos homens.

Vários são os objetivos dessas ciências, dentre as quais a Sociologia, a Antropologia, a História, a Geografia, que, partindo de seus pontos de vista e dos seus objetos de estudo específicos, tentam dar conta dos estudos que envolvem de alguma forma a sociedade. Diversos métodos foram e ainda são aplicados no intuito

¹ Graduando do Curso de Geografia da Universidade Regional do Cariri – URCA/ CE. Bolsista de Iniciação Científica do CNPq. E -mail: clasmalley@hotmail.com - Av. Dr. Floro Bartolomeu, nº. 1053, bairro São Miguel, Juazeiro do Norte, Ceará Cep: 63016-015 – Fone: (88) 3511-1455.

² Professor Doutor do Curso de Geografia da Universidade Regional do Cariri – URCA/CE e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE/CE. Rua Luiz Pereira, nº. 56, Crato, Ceará – Cep: 63100-000 - Fones: (88) 3521-1650.

de entender como acontece a dinâmica social e quais suas formas, funções e estruturas.

Nesta perspectiva, o espaço assume um papel importantíssimo no que concerne ao entendimento da sociedade, pois, a mesma, no decorrer do processo histórico-geográfico, produz e reproduz o espaço de acordo com as suas necessidades e situações, não somente no contexto econômico, mas também, ao político e ao cultural.

Destarte, o estudo apresentado aqui, trata de um tema interdisciplinar e, por isso, não se poderia deixar de buscar referências em outras áreas do conhecimento. É um estudo que envolve a problemática urbana no nível das relações sociais (sociabilidade) e, como são várias as abordagens a respeito do fenômeno urbano, buscou-se uma articulação de várias contribuições teóricas, colocando em cheque a cidade, observada como o espaço privilegiado para a realização da vida e da (re)produção da sociedade contemporânea.

A cidade: breve discussão teórica

O estudo a respeito da cidade atravessou séculos e permeia, com muito vigor, a atualidade. Vários estudos foram feitos partindo de perspectivas diferenciadas (histórica, funcional, descritiva, evolutiva, positivista, marxista, cultural, etc.), mostrando o papel das cidades e suas dinâmicas, de acordo com o contexto histórico no qual as mesmas estão inseridas.

Um dos grandes teóricos a respeito do estudo da cidade é Max Weber, que busca o entendimento desta a partir de sua(s) funcionalidade(s). Segundo ele, as cidades têm funções específicas e essas funções podem ser modificadas no decorrer do processo histórico. Sendo assim, uma cidade que é, por exemplo, predominantemente de função agrária pode passar a ser industrial e vice-versa, como também a cidade de produtores poderia passar a ser de consumidores (WEBER, 1979).

Essas especificidades funcionais que as cidades tinham e ainda tem, não significa dizer que elas eram ou são unicamente de um só tipo funcional, pois “apenas cabe dizer que as cidades representam, quase sempre, tipos mistos e que, portanto, não podem ser classificadas em cada caso se não tendo-se em conta seus componentes predominantes” (WEBER, 1979, p. 73). Portanto, a cidade pode ser produtora e consumidora, como também pode ser importadora e exportadora etc.

Para Weber (1979), existem dois pontos principais que levam a considerar uma aglomeração como sendo cidade. São eles: a) o econômico, em que um lugar conta com um mercado local para satisfazer a necessidade da população; b) e o político, que tem um sentido administrativo que coloca o âmbito urbano em especial.

A respeito da fundação de uma cidade, ele nos diz que:

[...] uma cidade pode fundar-se de dois modos. Seja, a) existindo previamente algum *domínio territorial* ou, sobretudo, uma sede de principado como *centro de um lugar* em que exista um indústria em regime de especialização, para satisfazer suas necessidades econômicas ou políticas, e onde, por isso, se comercializem mercadorias [...] [e] mediante a reunião de intrusos, piratas ou comerciantes colonizadores nativos, dedicados ao comércio intermediário [...] (WEBER, 1979, p. 69-70). (grifo nosso).

Ainda no que concerne à fundação/formação das cidades, encontra-se em Spósito (1994) uma outra perspectiva. Para ela, as cidades não surgem essencialmente pelo fator econômico, através dos mercados de trocas ou em volta deles, mas que o conteúdo social e político são de imprescindível importância para o entendimento de como elas surgiram. Para corroborar seu pensamento a respeito da cidade não ser apenas *locus* da produção, ela recorre a Singer, para quem a cidade é mais o lugar da dominação do que da produção.

A constituição da cidade é, ao mesmo tempo, uma inovação na técnica de dominação e na organização da produção. [...] A cidade, antes de mais nada, concentra gente num ponto do espaço. Parte desta gente é constituída por soldados, que representam ponderável potência militar face à população rural esparsamente distribuída pelo território. Além de poder reunir maior número de combatentes, a cidade aumenta sua eficiência profissionalizando-os. Deste modo, a cidade proporciona à classe dominante a possibilidade de ampliar territorialmente seu domínio, até encontrar pela frente um poder armado equivalente, isto é, à esfera de dominação de outra cidade. Assim, a cidade é o modo de organização espacial que permite à classe dominante maximizar a transformação do excedente alimentar, não diretamente consumido por ele, em poder militar e este em dominação política (SINGER, *apud* SPOSITO, 1994, p. 17-18). (grifo nosso).

As duas perspectivas expostas anteriormente são de duas áreas do conhecimento científico diferentes, Sociologia e Geografia, as quais apresentam proximidades e distanciamentos a respeito de certas categorias de estudo. Notam-se algumas diferenças nas abordagens a respeito da categoria de cidade por ambas, mas um ponto em comum é colocado: a cidade como tendo uma dimensão espacial³.

Depois de termos colocado uma breve discussão a respeito da cidade, partiremos agora para uma análise a respeito da urbanização como processo histórico e como condição para a produção das cidades.

Sobre a urbanização

A partir da Revolução Industrial, em meados do século XVIII, o mundo começou a passar por transformações que mudariam completamente as formas de como a sociedade se organizava no espaço e no tempo, impondo novas perspectivas a cerca das realidades políticas, culturais, econômicas e sociais.

É nesse período que começa a inserção de um novo modo de produção de mercadorias e de bens “necessários” à vida, pautado na utilização da máquina como instrumento primordial na produção desses bens de uso e de troca.

O sistema capitalista surge e provoca modificações até então não conhecidas na esfera da sociedade. A tecnologia da máquina vinculada ao trabalho passa a ser a base do sistema econômico e de produção de riquezas, pautado na exploração do homem pelo homem e modificando a relação sociedade/natureza.

Dessa forma, a urbanização, juntamente com a industrialização, aparece como um dos principais motores para o aumento da produtividade, a acumulação de

³ Weber não discute a dimensão espacial da cidade, deixando implícita essa problemática, mas a expõe através do “domínio territorial” e do “centro de um lugar” conforme destacamos na citação grifada.

riquezas, e, sobretudo, o escoamento da produção, ou seja, para a realização do valor. Isso se deve à construção de vias de acesso facilitadoras da circulação de mercadorias, de equipamentos e infra-estrutura necessários ao funcionamento do sistema e, também, à especialização funcional que a indústria impôs às pessoas em seus respectivos trabalhos, surgindo, a partir daí, a perversa divisão do trabalho que conhecemos atualmente.

É preciso lembrar que a urbanização não é uma característica específica surgida a partir da industrialização, pois é necessário que tenhamos em mente que as cidades já existiam muito antes do sistema capitalista de produção, provavelmente perto de 3.500 a.c, com o aparecimento, na Mesopotâmia, área compreendida entre os rios Tigres e Eufrates. (SPOSITO, 1994).

Segundo esta autora, o processo de urbanização passa por fases específicas, desde a Antiguidade, seguidas de um declínio na Idade Média (sob o feudalismo), depois ressurgindo via industrialização e sob o capitalismo.

Ela destaca como se deu o processo de urbanização na Antiguidade.

Essas cidades surgiram em regiões com predomínio de climas semi-áridos, daí a necessidade de se fixarem perto dos rios, repartir a água, repartir os escassos pastos, e proceder ao aproveitamento das planícies inundáveis, ricas de húmus e propícias ao desenvolvimento da agricultura. Assim, embora fossem resultado do social e do político enquanto processo, as primeiras cidades tiveram suas localizações determinadas pelas condições naturais, de um momento histórico, em que o desenvolvimento técnico da humanidade ainda não permitia a superação destas imposições (SPOSITO, 1994, p. 18).

No feudalismo, há um retrocesso da urbanização por conta do predomínio das atividades agrícolas e por causa de outros fatores que prejudicaram a atividade comercial, como, por exemplo, o bloqueio da navegação. Já sob a industrialização, a urbanização ocorre, sobretudo, com a emergência do trabalho assalariado, provocando a divisão territorial do trabalho e, por conseguinte, a migração da população do campo para a cidade para trabalhar nas indústrias, causando uma diminuição da população no primeiro. (SPOSITO, 1994).

Já no que concerne à urbanização via capitalismo, sobretudo, a monopolista da fase atual, as alterações se dão mais claramente com a divisão territorial do trabalho mais acentuada, chegando à escala internacional. Isso se dá por conta do que se chama de internacionalização do capital, ou seja, pela expansão do sistema capitalista para outros territórios (países), ficando claro quando se imagina a “multinacionalização das empresas, e a articulação entre os lugares (da produção e do consumo), não apenas ao nível regional ou nacional, mas agora transnacional”. (SPOSITO, 1994, p. 63)

Isso se viabilizou por conta das novas tecnologias que surgiram nesse período para aumentar e distribuir a produção de mercadorias. A revolução dos transportes é um bom exemplo dessas tecnologias empregadas no capitalismo.

É importante a análise do processo de urbanização no devir histórico, mesmo que breve, como se proferiu aqui, para que se possa entender como se constituiu o modo de vida urbano atual e quais as conseqüências na vida das pessoas, pois,

A análise da urbanização enquanto processo social, enquanto movimento de transformação, revela que o espaço-tempo da cidade explica-se pela dialética urbano-rural, e o vetor deste movimento é dado pelas mudanças na divisão social e territorial do trabalho. (SPOSITO, 1992, p. 93).

Dessa forma, a constituição de um novo modo de vida pós Revolução Industrial, centrado no predomínio das atividades urbano-industriais sobre as agrárias, engendra novas formas de pensamento e de vivência no espaço geográfico, que de uma forma ou de outra, influência decisivamente as formas de vida no meio urbano e rural e nas relações estabelecidas entre as pessoas.

O modo de vida urbano

Nas seções anteriores, mostrou-se um pouco da discussão teórica que existe a respeito da cidade enquanto objeto de estudo do conhecimento científico, especificamente do ponto de vista sociológico e geográfico. Depois, foi feita uma análise da urbanização como processo social no seu contexto histórico, para se ter uma base da formação do modo de vida urbano que impera atualmente na sociedade e para o entendimento das formas de sociabilidade no espaço urbano, sedimentando uma nova forma de relacionamento entre as pessoas e o seu ambiente.

Vários teóricos estudaram o modo de vida urbano como resultado do processo de urbanização a partir da industrialização e, principalmente, sob o modo de produção capitalista, com a intensificação da divisão territorial do trabalho e o crescimento exacerbado das cidades.

Alguns deles fizeram estudos a respeito da sociedade urbana⁴ e sobre a cultura existente na cidade. Castells (2000) afirma que a “cultura urbana” é um mito, pois, quando é colocada como narradora da história humana, ela se torna uma forma ideológica da modernidade. Para ele, a “cultura urbana”, como parte da superestrutura, não poderia ser colocada como uma evolução da sociedade, pois “toda evolução da dimensão e da diferenciação de um grupo social é o produto e expressão de uma estrutura social e de suas leis de transformação” (CASTELLS, 2000, p. 136), ou seja, o que rege as leis de transformação da estrutura social é o fator econômico (estrutura da sociedade) e não o cultural (superestrutura).

Nesse sentido, o conteúdo social e cultural é deixado em segundo plano, tendo a economia como o fator determinante. Com efeito, as transformações sociais não se caracterizam somente por processos econômicos, mas também sociais, políticos e culturais em relações constantes. Assim, a urbanização provocou mudanças radicais nas diversas esferas sociais, ou seja, a sociedade passou a ser urbanizada. Isso significa dizer que;

A urbanização da sociedade não compreende, portanto, apenas a dinâmica demográfica da concentração dos homens, ou a dinâmica econômica de concentração de riquezas, nem as formas concretas que expressam ou determinam essas dinâmicas, mas seu conteúdo social e cultural (SPOSITO, 2001, p. 84).

⁴ O termo “sociedade urbana” foi cunhado pelo filósofo francês Henri Lefebvre para conceituar a sociedade do futuro em fase de consolidação. Para ele a sociedade em que vivemos é uma sociedade-burocrática-de-consumo-dirigido, mas urbana em sua virtualidade, pois a sociedade urbana concreta só será possível no futuro, quando todas as pessoas passarem a habitar a cidade, ou seja, quando todas elas tiverem o direito à cidade.

Não se pode excluir o fator econômico frente a sua importância na sociedade e na inserção do modo de vida urbano, mas não é plausível colocar em segundo plano o contexto cultural e social, como sendo determinados pelo viés econômico, pois, com isso, cair-se-ia em um economicismo ou em um marxismo ortodoxo. É preciso tratar ambas as esferas da sociedade (estrutura e superestrutura) de forma dialética para que se possa ter um melhor entendimento dos processos ocasionados pela urbanização no modo de vida citadino.

Como já foi dito, o desenvolvimento tecnológico e dos transportes foi de imprescindível importância para o crescimento das cidades e para o desenvolvimento de um modo de vida urbano específico. Isso não ficou especificado apenas no espaço urbano, ou seja, no espaço da cidade. Atravessou seus limites e influenciou a vida no campo.

Como assinala Wirth,

[...] os desenvolvimentos tecnológicos no transporte e na comunicação, que virtualmente assinalam uma nova época na história humana, acentuaram o papel das cidades como elementos dominantes na nossa civilização e estenderam enormemente o modo de vida urbano além dos limites da própria cidade (WIRTH, 1979, p. 93).

É nessa perspectiva que Lefebvre (2008a) afirma que a sociedade atual é virtualmente a urbana, isto é, ela (a sociedade atual) está em processo de transformação para uma sociedade urbana concreta. A urbanização geral da sociedade geraria a sociedade urbana real. Para Lefebvre, a sociedade urbana nasce a partir da industrialização e, junto com ela, todos os problemas que cercam a problemática urbana/social da atualidade.

Para que a sociedade urbana se torne realidade, se concretize, seria necessário passar por uma série de transformações (além das que a sociedade atual atravessa), para que o predomínio das questões a respeito da industrialização e de crescimento fosse ultrapassado pelas questões relacionadas à problemática urbana. Essa série de transformações é chamada pelo autor de Revolução Urbana, em que os indivíduos teriam o direito à cidade, à centralidade urbana. Nesse sentido, as idéias de Wirth vão ao encontro das desenvolvidas por Lefebvre, uma vez que o modo de vida urbano, ultrapassando os limites da cidade, penetraria no campo, transformando o modo de vida rural em urbano e, por sua vez, a sociedade em sociedade urbana.

É importante perceber também a dimensão espacial da problemática urbana, da urbanização, e, sobretudo, da sociedade, uma vez que o processo de urbanização, a partir da industrialização, provocou fortes mudanças nesse âmbito. O espaço também passou por graves modificações, isso porque as cidades começaram a crescer de forma exacerbada e, com isso, o espaço passou a ser produzido ainda mais rápido, conforme as cidades cresciam.

A produção do espaço está ligada à forma de vida da sociedade, ou melhor, ao modo de vida, pois a forma como a sociedade usa o espaço, seja ele para o lazer, para o consumo ou para o trabalho, expõe como ele é produzido e, ao mesmo tempo, usado pela sociedade. Assim sendo,

[...] ao produzir suas condições de vida, a partir das relações capital-trabalho, a sociedade como um todo (na cotidianidade do seu

processo de trabalho), produz o espaço geográfico e com ele um modo de vida, de pensar, de sentir. Assim, pensar o urbano significa também pensar a dimensão do humano (CARLOS, 2008, p. 24).

Dessa forma, o modo de vida urbano está diretamente ligado à forma como o espaço urbano é produzido, pois, esta produção significa, ao mesmo tempo, a reprodução das relações sociais de produção e a (re)produção da vida.

O lugar da rua na cidade

O estudo da cidade revela aspectos que são de natureza imprescindível para a análise da sociedade moderna, pois, as metamorfoses que se passam no espaço urbano, cada vez mais freqüentes pelas ações impostas pelo capital, redefinem padrões de uso dos espaços e das relações sociais cotidianas, denunciando as mudanças sociais, políticas, culturais e econômicas atuais. Hoje, a urbanização é uma das categorias de análise social das mais importantes, uma vez que a sociedade está em processo de constituição de uma sociedade urbana real⁵ e que os problemas urbanos já estão entre as maiores reivindicações sociais. Isso pode ser observado através da segregação socioespacial, a favelização, a qualidade de vida urbana, o transporte coletivo, a violência, entre outros.

Pensar a rua é pensar a cidade no plano cotidiano, no plano do vivido, do trajeto percorrido para o trabalho, para o clube no fim de semana, para a casa dos amigos e/ou de familiares. É na rua que acontecem os cruzamentos de vidas distintas, oriundas de vários lugares, produzindo e reproduzindo relações sociais, ou, no dizer de Magnani (2003), a rua é o símbolo e o suporte da experiência urbana, lugar e suporte da sociabilidade.

Como Magnani (2003), a rua foi objeto de estudo de vários autores das mais diversas áreas do saber. Carlos (2007a, 2007b), Maia (2007) e Lefebvre (2008a) são exemplos de autores que pensaram a rua como categoria de análise para se entender a sociedade moderna.

Segundo Lefebvre, a rua

[...] é o lugar (topia) do encontro, sem o qual não existem outros encontros possíveis nos lugares determinados (cafés, teatros, salas diversas). Esses lugares animam a rua e são favorecidos por sua animação, ou então não existem. Na rua, teatro espontâneo, torneio espetáculo e espectador, às vezes ator. Nela, efetua-se o movimento, a mistura, sem os quais não há vida urbana, mas separação, segregação estipulada e imobilizada. [...] Na rua, e por esse espaço, um grupo (a própria cidade), se manifesta, aparece, apropria-se dos lugares, realiza-se um tempo-espaço apropriado. [...] Quanto ao acontecimento revolucionário, ele geralmente ocorre na rua [...]. (LEFEBVRE, 2008a, p. 27-28).

Na perspectiva de Lefebvre (2008a), vê-se uma inter-relação entre a rua, o espaço e o tempo, que estão sempre relacionados com as pessoas que se apropriam destes para tecer suas relações no cotidiano na cidade, sejam elas relações comerciais, de amizade, etc. A rua é o espaço do movimento, da espontaneidade, da apropriação do tempo e do espaço pelo uso; espaço da

⁵ Cf. LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008a.

transitoriedade e das contradições inerentes à sociedade moderna, cujas contradições são perceptíveis ao mais simples olhar na paisagem urbana.

A rua também expressa formas diferenciadas, acúmulo de tempos pretéritos que se manifestam espacialmente na forma visível, da paisagem, e que denunciam transformações ao longo do processo histórico. Assim, o espaço metamorfoseado ao longo de gerações é colocado de forma visível e aparente para as pessoas que não conseguem absorver o significado da rua, qualificando-a apenas como um espaço de passagem, sem perceberem as transformações que ocorreram e sua multiplicidade de formas de uso e significado que contém.

Ao longo do processo histórico, a rua passou por várias transformações tanto no que diz respeito às formas como às funções. Como nos diz Maia (2007), as transformações que ocorreram na rua foram não só de caráter físico, mas também de caráter político e social.

O contexto espacial da rua foi sempre metamorfoseado e sempre serviu para uma multiplicidade de ações. Protestos, reivindicações, passeatas, greves, desfiles militares, a brincadeira das crianças são alguns dos exemplos do caráter funcional das ruas, além, é claro, da função econômica, sobretudo, hoje, nos países subdesenvolvidos com a economia informal e o circuito da economia inferior⁶.

No que concerne às formas, Maia (2007) nos diz que:

Se remontarmos à origem da cidade, observamos que desde a Antiguidade a rua é um elemento definidor da forma da cidade, bem como revela muito da vida social ali existente. As ruas retilíneas definiram o plano geométrico quadriculado das cidades antigas. Essas eram traçadas em ângulo reto, sendo algumas vias principais no sentido do comprimento e outras faixas paralelas, resultando uma grade de quarteirões retangulares e uniformes, que podia variar dependendo das necessidades dos terrenos (MAIA, 2007, p. 277).

Ainda hoje existem cidades que se caracterizam por essas formas físicas das ruas e outras fazem uma junção de modelos tradicionais no formato das ruas com modelos modernos, com avenidas largas e vias expressas para facilitar o fluxo de veículos e pessoas, isto é, é uma acumulação desigual de tempos no espaço⁷ que se expressa na paisagem. A esse respeito, Maia (2007) coloca que:

Essas características que tanto marcaram as ruas em tempos pretéritos podem ainda ser encontradas em algumas cidades. Apesar da conservação de muitas ruas nas cidades tanto européias como americanas originadas em tempos longínquos, o movimento da modernidade fez surgir outras vias com forma e uso distintos das já existentes, como também muitas ruas foram completamente destruídas para darem passagem às novas avenidas. A sociedade moderna impõe uma nova cidade – por vezes construída sobre a anterior – onde surgirão outros modelos urbanísticos que darão

⁶ Milton Santos (2008a) afirma que a economia urbana, sobretudo nos países subdesenvolvidos, é caracterizada por duas formas distintas, a do “circuito superior”, caracterizado pela modernização e pela tecnologia, isto é, empresas multinacionais, comércio moderno, indústria e etc.; e a do “circuito inferior”, onde a característica é de serviços não modernos, que circula em pequena escala de vendas. Ou seja, “um desses dois circuitos é o resultado direto da modernização e diz respeito a atividades criadas para servir ao progresso tecnológico e à população que dele se beneficia. O outro é também resultado da modernização, mas resultado indireto, visto que concerne àqueles indivíduos que só parcialmente se beneficiam, ou absolutamente não se beneficiam do recente progresso técnico e das vantagens a eles ligadas” (SANTOS, 2008, p. 96).

⁷ A afirmação de que “o espaço é uma acumulação desigual de tempos” foi cunhada por Milton Santos (2006 [1978]) na perspectiva dos estudos geográficos se voltarem para a importância da articulação espaço-tempo para a compreensão da realidade.

novas formas e outros usos às ruas. A rua moderna, portanto, expressa as exigências do movimento da modernidade, devendo ser ampla e bela. Uma nova conformação que imporá por sua vez, um outro uso, um outro cotidiano (MAIA, 2007, p.277).

As transformações do processo urbanizatório da sociedade provocou inúmeras transformações na forma das ruas, de seu uso e de sua apropriação.

A rua pode ser analisada a partir de várias perspectivas, dentre elas a do espaço público, como apropriação através da cotidianidade dos cidadãos ou de transeuntes, que se utilizam do espaço da rua para realizarem negócios, trocas, conversas, entre outras ações dando significação a esse espaço.

Como lugar de encontros e desencontros, “a rua também é o lugar da desordem, na medida em que os elementos da vida urbana, imóveis na ordem fixa, se liberam e para aí se afluem” (CARLOS, 2007a, p. 54), ganhando significados diversos do ponto de vista das relações de sociabilidade e de apropriação coletiva e individual de cada lugar, através dos percursos e trajetos do dia-a-dia. Nota-se isso, quando se vê, em reportagens no rádio e na TV, grevistas pedindo aumento dos salários, manifestações a respeito dos direitos étnicos, raciais e sexuais, procissões de cunho religioso como, por exemplo: o Círio de Nazaré, em Belém do Pará; e o tráfego de trânsito caótico, como o que acontece na cidade de São Paulo e em outras centenas de cidades no Brasil e no mundo. Também se torna palco da violência urbana que afeta a rede de relações sociais, reestruturando os espaços urbanos e cortando laços de sociabilidade; as brigas entre gangues e de traficantes de drogas com policiais, dos movimentos sociais urbanos entre outras, ou seja, é onde ocorrem as rupturas das normas que são aplicadas à sociedade através das leis, portanto, é o lugar do imprevisto, das possibilidades de realizações. A rua adquire, assim, a concepção de *genoespaço*⁸ de Gomes (2006).

Para Carlos (2007b), a rua abre perspectivas para a análise da dimensão do urbano em sua totalidade.

A rua aparece [...] como um elemento revelador a partir do qual se pode pensar o lugar da experiência, da rotina, dos conflitos, das dissonâncias, bem como, através dela desvendar a dimensão do urbano, das estratégias de subsistência e de vida, pois marca a simultaneidade do cheio e do vazio e das temporalidades diferenciadas. No panorama das ruas pode-se ler a vida cotidiana – seu ritmo, suas contradições – os sentimentos de estranhamento, as formas como se trocam mercadorias o modo como a solidão desponta, a arte de sobrevivência (meninos de rua, mendigos), as vitrines onde o ritual da mercadoria inebria, o contraste das construções, das suas formas, usos, cores, as imagens dos outdoors e luminosos que ocupam o olhar (CARLOS, 2007b, p. 46-47).

Destarte, a rua torna-se um importante elemento para a análise do fenômeno urbano, seja através das ciências parcelares (Sociologia, Antropologia, Geografia), como por meio de estudos interdisciplinares voltados para a problemática do espaço urbano e das relações sociais, que, com as intervenções do capital e dos modos de vida oriundos do processo de urbanização, acabaram quebrando os laços de sociabilidade entre os indivíduos.

⁸ Para Gomes (2006), o Genoespaço é o espaço das práticas sociais que rompem com as leis, normas e regras.

O crescimento exacerbado das cidades provocou uma fragmentação do espaço urbano, produzindo vários lugares na/da cidade e colocando em cheque as relações sociais que acontecem mais do que nunca, na atualidade, de modo individualizado, ou seja, a (in)sociabilidade é que reina na atual fase da história da sociedade.

Da cidade como lugar aos lugares na cidade

As especializações na vida e no trabalho que foram incorporadas ao modo de vida urbano no decorrer da história e a intensificação do processo de urbanização fizeram com que as cidades inchassem e crescessem exacerbadamente e, paralelamente a isso, o aumento das desigualdades e da pobreza foi de grande notoriedade, principalmente no século XX.

Na maioria das vezes em que se realizam estudos a respeito da cidade e do urbano as relações sociais estão presentes, seja no contexto histórico-cultural e no econômico, como também no contexto espacial, que é caso em que estamos nos detendo, uma vez que o espaço é um produto social e histórico (LEFEBVRE, 2008b) em constante transformação e transitoriedade, ainda mais no atual período histórico, ou seja, na pós-modernidade (HARVEY, 2008), super-modernidade (AUGÉ, 2001) ou ainda no período técnico-científico-informacional (SANTOS, 2008b).

Os processos urbano-industriais mudaram as relações sociais, seu contexto e sua estrutura. Conforme diz Park (1979, p. 46).

A natureza geral dessas mudanças é indicada pelo fato de que o crescimento das cidades foi acompanhado pela substituição de relações diretas, face a face, “primárias”, por relações indiretas, “secundárias”, nas associações de indivíduos na comunidade.

Dessa forma, percebe-se que as relações de sociabilidade foram mudando paralelamente ao crescimento urbano e industrial das cidades. Esse crescimento gerou uma demanda muito grande de trabalhos e estes, cada vez mais especializados, forçam, simultaneamente, o intelecto humano a se adaptar aos novos modos de vida e reforçam ainda mais as relações “secundárias”, os contatos, substituindo as verdadeiras relações, ou seja, as de afeto. Destarte, surge a *atitude blasé* (SIMMEL, 1979), marcada pela dominação do dinheiro sobre os valores humanos, reduzindo tudo ao “quanto”, uniformizando e nivelando os valores individuais existentes nos indivíduos enquanto seres humanos.

O dinheiro, com toda sua ausência de cor e indiferença, torna-se o denominador comum de todos os valores; arranca irreparavelmente a essência das coisas, sua individualidade, seu valor específico e sua incomparabilidade. Todas as coisas flutuam com igual gravidade específica na corrente constantemente em movimento do dinheiro (SIMMEL, 1979, p. 16).

Sendo assim, as relações sociais afetadas pela economia e pelo domínio do dinheiro acabam por afetar de forma drástica o espaço urbano enquanto espaço da sociabilidade.

É importante notar que, juntamente com o nível de especializações imposto pela divisão do trabalho e pelo crescimento dos centros urbanos, a cidade vai

perdendo sua especificidade enquanto lugar de encontro, de relações “primárias” e afeto.

De acordo com Carlos (2007a, p. 17-18),

[...] O lugar é a porção apropriável para a vida – apropriada pelo corpo – dos sentidos – dos passos de seus moradores, é o bairro e a praça, é a rua, e nesse sentido poderíamos afirmar que não seria jamais a metrópole ou mesmo a cidade *latu senso* a menos que seja a pequena vila ou cidade – vivida/ conhecida/ reconhecida em todos os cantos. Motorista de ônibus, bilheteiros, são conhecidos-reconhecidos como parte da comunidade, cumprimentados como tal, não simples prestadores de serviços. As casas comerciais são mais do que pontos de troca de mercadorias, são também pontos de encontro [...].

Essa citação mostra que a cidade não mais a é enquadrada como lugar, no sentido do vivido e das relações de sociabilidade. A cidade se fragmenta e se despedaça em espaços especializados, onde cada fragmento espacial tem sua especificidade, cada um é um lugar e, como a sociedade é hierarquizada, esse despedaçamento da cidade em vários lugares provoca paralelamente uma hierarquização do espaço social, ou seja, “o espaço social [passa a ser] definido pela exclusão mútua (ou distinção)” (BOURDIEU, 2003, p. 160). Essa fragmentação do espaço urbano em lugares, como fruto do crescimento e da urbanização desenfreada das cidades e da sociedade, ocorre em todas as esferas da vida social, ou seja, “as diferenciações espaciais – cada lugar com sua posição e atributos sociais, econômicos, culturais, físicos – produz uma gama de valores, logo de situações” (CARLOS, 2007a, p. 32).

A cidade deixa de ser um lugar, um espaço de encontro no que tange às sociabilidades, às relações de face a face, para possuir vários lugares dentro dela, lugares especializados, hierarquizados, despedaçados, fragmentando ainda mais as relações sociais. Essa abordagem vai ao encontro das idéias de Gomes (2006), quando coloca que, na cidade contemporânea, há um “reclínio da cidadania”, observável através do “emuralhamento da vida social” e do “crescimento das ilhas utópicas”⁹.

A tecnologia também influencia bastante as relações de sociabilidade, uma vez que as pessoas passam mais tempo trancadas dentro de casa, cercadas de aparatos tecnológicos e informacionais de última geração, preocupadas com a insegurança, em decorrência da violência, dos assaltos, dos seqüestros etc.

A televisão e a Internet¹⁰ são os principais meios tecnológicos que interferiram decisivamente nas formas de sociabilidade, conduzindo a sociedade urbana à dissociação, às relações de contato, de distanciamento, de comunicação por sinais, ou seja, às relações “secundárias” e não de afeto, dos valores

⁹ “O arremendo da cidade dá lugar a uma cidade fragmentada ou, sem exagero, a um simulacro da condição de cidadania. O homem público procura se produzir em um espaço privado, ou ainda o espaço público é recriado em esferas menores e privativas. Recusa-se dessa maneira a conviver dentro de uma sociedade vaiada e multifacetada. Confunde-se a sociedade com a homogeneidade. Os limites e o respeito às regras e possibilidade de coabitação e convivência social são correlacionados aos níveis de renda que permitem o acesso a esse tipo de espaço seletivo e controlado, limpo e regulado, que se opõe figurativamente ao verdadeiro espaço da rua – público, aberto e inseguro, sujo e anárquico” (GOMES, 2006, p. 187).

¹⁰ Sobre a Internet e a Sociabilidade ver CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003, principalmente o capítulo 4 “Comunidades Virtuais ou sociedade de rede?”.

encontrados na individualidade dos indivíduos, na essência diferencial dos seres humanos em sua individualidade¹¹.

As cicatrizes urbanas, que marcam cada vez mais os bairros, segmentam e separam os lugares, e com isso mudam o sentido da existência humana, que vai perdendo sua riqueza pelo enfraquecimento das possibilidades de sociabilidade. As transformações geram um constante movimento dos habitantes no espaço, alterando profundamente as relações no bairro, As mudanças, por sua vez, produzem a perda das referências de conhecimento, posto que se alteram as relações de vizinhança e com isso a prática espacial pelas limitações impostas ao uso. Antes as pessoas se encontravam nas compras, as crianças brincavam nas ruas, os pais deixavam as cadeiras nas calçadas para acompanhar os filhos, conversavam com o vizinho e hoje as pessoas não se conhecem mais (CARLOS, 2007b, p. 59-60).

Nota-se que as relações foram completamente mudadas com o advento da urbanização, da economia do dinheiro e da tecnologia da informação. São ligações produzidas a partir das relações de mercado, pelas especializações que a economia e a divisão internacional do trabalho introduzem no modo de vida das pessoas na contemporaneidade.

A cidade cresce, se desenvolve, incha, passa a ser não mais o lugar do encontro das pessoas no cotidiano de valor de uso, das relações que valorizam a aproximação, da essência das pessoas, dos seus valores individuais; é, agora, o lugar das trocas, da *atitude blasé*, da hierarquia e da exclusão social, da distinção.

O dinheiro como dominador, tratando todas as pessoas com indiferença no que diz respeito aos seus valores e suas essências, reinando e provocando, cada vez mais, o esfacelamento da sociabilidade urbana, das relações de proximidade e de afeto, paralelamente à invasão da televisão na vida privada das pessoas, reforça, assim, seu papel de dominante.

Com a destruição dos laços de sociabilidade; com a passagem da cidade como lugar aos lugares da cidade, o espaço social vai se transformando rapidamente, com uma velocidade jamais vista, tendo o valor através do uso sendo substituído pelo valor através da troca e transformando os indivíduos em mercadorias.

Finalizando, não podemos esquecer que, no mundo contemporâneo, a Internet e os meios tecnológicos de comunicações transformam as relações sociais drasticamente, uma vez que o mundo está articulado em redes de comércios, mercados, consumos e muitos outros. Nesse mundo que se globaliza e se mundializa¹² mais rápido, a sociedade em rede, conforme constatou Castells (1999), se apresenta com mais vigor e força, tornando o individualismo a sua maior característica, só que, agora, articulado em redes de relacionamentos. Assim,

¹¹ Entende-se aqui que o significado de individualidade é diferente do significado de individualismo. Individualidade seria uma qualidade essencial de cada ser humano, uma virtude que difere os homens em valores culturais, e o individualismo seria algo imposto pelo sistema de produção capitalista, pelo ideário liberal, da ideologia da "liberdade", algo onde os homens devem ser individuais em sua vida e onde a competição é inerente a ela; aqui os homens são diferenciados em valores monetários, valores de troca.

¹² Aqui acatamos as observações feitas por Carlos (2002) sobre a diferença entre Globalização e sobre Mundialização. Esta se caracteriza pelo domínio da cultura, enquanto a outra ao domínio da economia e das tecnologias. Assim, "a noção de mundialização refere-se às transformações que fogem ao estritamente econômico e dizem respeito ao social, cultural, político e ideológico, ao mesmo tempo que se revela no plano da mundialidade (CARLOS, 2002, p. 177).

[...] Após a transição da predominância de relações primárias (corporificadas em famílias e comunidades) para as relações secundárias (corporificadas em associações) o novo padrão dominante parece fundar-se no que poderíamos chamar de relações terciárias, ou no que Wellman chama de “comunidades personalizadas”, corporificadas em redes egocentrada. Representa a privatização da sociabilidade. Essa relação individualizada com a sociedade é um padrão de sociabilidade específico, não um atributo psicológico. Enraíza-se, em primeiro lugar, na individualização da relação entre capital e trabalho, entre trabalhadores e o processo de trabalho, na empresa de rede. É induzida pela crise do patriarcalismo e a subsequente desintegração da família nuclear tradicional, tal como constituída no final do século XIX. É sustentada (*mas não produzida*) pelos *novos padrões de urbanização, à medida que subúrbios e condomínios de luxo ainda mais afastados proliferam, e a desvinculação entre função e o significado nos microlugares das megacidades individualiza e fragmente o contexto espacial da existência*. E é racionalizada pela crise de legitimidade política, à medida que a crescente distância entre os indivíduos e o Estado enfatiza o mecanismo de representação e estimula a saída do indivíduo da esfera pública. O novo padrão de sociabilidade em nossas sociedades é caracterizado pelo individualismo em rede (CASTELLS, 2003, p. 108). (grifo nosso)

Dessa forma, o que é apontado por Castells vai ao encontro do que foi, anteriormente, mostrado no pensamento de Gomes (2006) e do que Souza (1997, 2005) chama de fragmentação do tecido sociopolítico-espacial da cidade. Percebe-se que o crescimento da urbe e a complicação das dimensões que fazem parte da realidade (social, cultural, política e ideológica) estão atrelados às transformações nos laços de sociabilidade inerentes à sociedade moderna, sobretudo, estabelecida nos espaços das cidades.

Considerações finais

Pensar a urbe nos instiga a refletir sobre os vários processos que estão inerentes à sociedade urbana. A governabilidade urbana, a fragmentação do tecido sociopolítico-espacial da cidade, a exclusão social, a segregação urbana, a violência são alguns dos temas que permeiam as pesquisas urbanas.

Será possível a capacidade concreta de se construir uma cidade mais justa para os cidadãos, onde as relações não sejam fragmentadas e fragmentárias? Realmente, é possível ter uma cidade segura e democrática para todos. Souza (2008) discorre sobre o medo generalizado que paira entre os cidadãos e a militarização da questão urbana nas cidades. A rua, as praças, os parques, os centros e demais logradouros públicos estão perdendo sua funcionalidade em determinados horas do dia e em distintos espaços da cidade.

Precisamos pensar a respeito das questões que assolam as cidades, no intuito de entender a problemática urbana contemporânea para podermos propor soluções plausíveis para a sociedade, onde possa existir justiça social e que a sociabilidade (relações primárias e de afeto) possa ser resgatada, onde os espaços da cidade tornem-se lugares de valor de uso e não sejam parcelas oferecidas nos mercados imobiliários, gerando cada vez mais exclusão e violência nas suas mais diversas formas.

Referências

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma Antropologia da supermodernidade. 2ª ed. São Paulo: Papirus, 2001.

BOURDIEU, Pierre. Efeitos de lugar. In: _____.(org) **A miséria do mundo**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

CARLOS, A. F. A. **A (re) produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Labur, 2007a.

_____. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Labur, 2007b.

_____. O consumo do espaço. In: _____. (org) **Novos caminhos da Geografia**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2002, p. 173-186.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da Internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DUARTE, Matusalém de Brito. Entre o espaço global e o local: elementos para uma reflexão sócio-humanista da “explosão de espaços” no urbano. **Caminhos da Geografia**, Uberlândia, v. 15, p. 41-47, 2005.

GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana**: ensaios de Geopolítica da cidade. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 17ª ed. São Paulo: Loyola, 2008.

LEFEVBRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2008a.

_____. **Espaço e política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008b.

MAGNANI, J. G. C. Rua, símbolo e suporte da experiência urbana. **Os urbanistas**: revista digital de Antropologia Urbana. Ano 1, vol. 1, n°. 0, 2003. Disponível em <<http://www.osurbanitas.org/>>. Acessado em 25/06/2009.

MAIA, Doralice Sátyro. A rua e a cidade. **ComCiência**, v. 88, p. 277, 2007. Disponível em <<http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=25&id=277>>. Acessado em 25 de setembro de 2009.

PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio (org) **O fenômeno urbano**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1979, p. 26-67.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova**. São Paulo: Edusp, 2006.

_____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2008a.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2008b.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio (org) **O fenômeno urbano**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1979, p. 11-25.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópole**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2008.

_____. **O desafio metropolitano**: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.

_____. Exclusão social, fragmentação do tecido sociopolítico-espacial da cidade e a “ingovernabilidade urbana”: ensaio a propósito do desafio de um desenvolvimento sustentável nas cidades brasileiras. In: SILVA, José Borzacchiello da; COSTA, Maria Clélia Lustosa; DANTAS, Eustógio Wanderley C. **A cidade e o urbano**. UFC, 1997, p. 247-264.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre novas formas espaciais. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; DAMIANI, Amélia Luisa; SEABRA, Odette de Lima. (Org.). **O espaço no fim do século**: a nova raridade. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2001, p. 83-99.

_____. **Capitalismo e urbanização**. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 1994.

_____. Cidade: espaço e tempo. **Revista de Geografia**, São Paulo, v. 11, p. 89-98, 1992.

VELHO, Otávio (org). **O fenômeno urbano**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1979.

WEBER, Max. Conceito e categorias de cidade. In. VELHO, Otávio (org). **O fenômeno urbano**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1979, p. 68-89.

WHITH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In. VELHO, Otávio (org) **O fenômeno urbano**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1979, p. 90-113.

*Recebido em 01 de junho de 2010.
Revisado em 23 de agosto de 2010.
Aceito em 08 de setembro de 2010.*